# Governo de Mato Grosso planeja recorrer a empréstimos para suprir déficit de R$ 1,5 bilhão na receita estadual

**Executivo busca recursos financeiros para manter investimentos após perda significativa na arrecadação a partir de 2027**

## Estratégia de financiamento para manter investimentos públicos

A administração estadual de Mato Grosso estuda a contratação de empréstimos como mecanismo para compensar uma redução estimada em R$ 1,5 bilhão na arrecadação a partir de 2027. A informação foi revelada pelo ex-secretário de Fazenda Rogério Gallo durante participação em evento do Lide realizado na última quinta-feira.

Conforme apontado por Gallo, a estratégia de captação de recursos será associada a uma revisão estrutural das despesas governamentais e implementação de medidas para racionalizar o funcionamento da máquina pública. O objetivo é preservar a continuidade dos programas de investimento nos próximos quatro anos de gestão.

## Capacidade financeira para novos empréstimos

De acordo com Gallo, o Estado possui condições favoráveis para contratar novos financiamentos. Ele destacou que o caixa disponível supera o montante da dívida estadual, indicando um endividamento líquido negativo. Esta situação coloca Mato Grosso em posição privilegiada para obter recursos em condições comerciais competitivas junto ao mercado.

## Origem do deficit orçamentário

A pressão financeira decorre do encerramento da cobrança adicional vinculada ao Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que reduzirá significativamente as receitas estaduais. Apesar deste cenário desafiador, o governo se compromete a manter investimentos em infraestrutura rodoviária, educação, urbanização e programas habitacionais, incluindo a construção de 60 mil unidades residenciais.

## Plano de desenvolvimento em elaboração

O ex-secretário informou que apresentará um plano detalhado de desenvolvimento econômico em até 15 dias, que será elaborado em articulação com representantes da Assembleia Legislativa estadual. A proposta visa alinhar as ações governamentais com os legisladores para garantir viabilidade e sustentabilidade das iniciativas.